

ANÁLISE DE ORGANIZAÇÕES COLETIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SUDOESTE DE GOIÁS

ANÁLISIS DE ORGANIZACIONES COLECTIVAS DE LA AGRICULTURA FAMILIAR EN EL SUDOESTE DE GOIÁS

Evandro César Clemente

Doutor em Geografia e Docente dos cursos de Graduação e Pós Graduação da UFG-Regional Jataí
evandroclemente@gmail.com

Resumo

As organizações coletivas constituem-se instituições de solidariedade relevantes para o fortalecimento da agricultura familiar frente ao mercado capitalista, em especial na atual fase neoliberal, em que o capital promove ações visando desarticular e/ou enfraquecer o caráter solidário e contra hegemônico de tais iniciativas. Deste modo, o objetivo é analisar as organizações (associações e cooperativas) voltadas para os agricultores familiares da MRG do Sudoeste de Goiás, averiguando se estas têm contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar em suas relações com o mercado. Estas organizações coletivas reproduzem-se induzidas pelo Estado e por empresas capitalistas e, menos propriamente por iniciativas dos agricultores familiares. Assim, como o capital e o Estado dominam o território, estimulam a formação de organizações coletivas, ao mesmo tempo adotam estratégias, impondo-lhes dificuldades, limitações e bloqueios, de modo que as mesmas sejam passivas, contidas, com atuação limitada e direcionada. Sendo assim, no geral, os benefícios gerados pelas sinergias advindas do coletivo, são drenados muito mais para os agentes hegemônicos do capital, do que para os agricultores familiares.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Território. Cooperativismo. Associativismo. Agricultura familiar.

Resumen

Las organizaciones colectivas se constituyen instituciones de solidaridad relevantes para el fortalecimiento de la agricultura familiar frente al mercado capitalista, en especial en la actual fase neoliberal, en que el capital promueve acciones destinadas a desarticular y/o debilitar el carácter solidario y contra hegemónico de tales iniciativas. De este modo, el objetivo es analizar las organizaciones (asociaciones y cooperativas) dirigidas a los agricultores familiares de la MRG del Sudoeste de Goiás, averiguando si éstas han contribuido al fortalecimiento de la agricultura familiar en sus relaciones con el mercado. Estas organizaciones colectivas se reproducen inducidas por el Estado y por empresas capitalistas y, menos propiamente por iniciativas de los agricultores familiares. Así, como el capital y el Estado dominan el territorio, estimulan la formación de organizaciones colectivas, al mismo tiempo adoptan estrategias, imponiéndoles dificultades, limitaciones y bloqueos, de modo que las mismas sean pasivas, contenidas, con actuación limitada y dirigida. Siendo así, en general los beneficios, generados por las sinergias provenientes

del colectivo, son drenados mucho más para los agentes hegemónicos del capital, que para los agricultores familiares.

Palabras clave: Desarrollo rural. Território. Cooperativismo. Asociativismo. Agricultura familiar.

Introdução

O presente trabalho resulta de estudos realizados no decorrer do projeto de pesquisa intitulado “Análise da importância das organizações coletivas (associações e cooperativas) na promoção do desenvolvimento rural no Sudoeste de Goiás”, Edital FAPEG/Universal 05/2012, com a participação de integrantes do Laboratório de Geografia e Dinâmicas Territoriais (LAGET) da Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí. Os estudos foram realizados nos municípios que compõem a Microrregião Geográfica (MRG) do Sudoeste de Goiás, objetivando compreender como as organizações associativas ou cooperativas da agricultura familiar contribuem para o fortalecimento dos sujeitos frente ao mercado capitalista.

No início dos estudos, partiu-se da perspectiva que a filiação dos agricultores familiares a organizações coletivas constituiria numa estratégia que possibilitaria o acesso às políticas públicas, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Também poderiam trazer ganhos para os agricultores familiares, fortalecendo-os politicamente e economicamente diante dos imperativos do mercado, como a eliminação de intermediários, a agregação de valor à produção pelo seu beneficiamento e sua transformação, como também reduziriam custos na aquisição em maior escala de insumos e equipamentos, diminuindo custos unitários. Sem dúvida, estes ganhos contribuem para a reprodução social dos agricultores familiares e para sua permanência no campo em condições mais vantajosas.

De fato, as organizações coletivas estabelecem relações diferenciadas diante dos imperativos da atuação do grande capital, possibilitando outros arranjos no território, garantindo-lhes, de certo modo, mecanismos de resistência e de inserção em melhores condições, mesmo que subordinadas. Porém, é preciso contextualizar a análise sob o prisma da totalidade, de modo que tais elementos operam sob os ditames do capital, sob o domínio dos monopólios e oligopólios, pois as vantagens citadas, contraditoriamente, não são plenamente revertidas ao agricultor familiar.

Adota-se a categoria território, justamente para compreender as articulações, os usos e as relações econômicas e sociais protagonizados por diferentes agentes sociais, como os agricultores familiares, o capital e o próprio Estado (LIMA, 2015). Cumpre ressaltar que temos a perspectiva do território enquanto totalidade, marcado por relações de poder, de conflitos, contradições, que envolvem o controle, a autonomia, a heteronomia, a dominação, a submissão, bem como também as resistências.

O território é permeado de relações de poder, de modo que muitas são conflitivas e outras, contraditoriamente, podem atender, mesmo que favoreça desigualmente, aos agentes hegemônicos e os contra hegemônicos. Os primeiros, por seu turno, tendem a redesenhar no território estratégias visando garantir a exploração e a acumulação do capital. Os outros buscam primordialmente formas de reprodução social e de resistência à exploração, se apropriando para garantir a sobrevivência. Situação singular neste embate pode ser dada às organizações coletivas da agricultura familiar no campo, que mesmo em geral sendo induzidas (de cima para baixo), não deixam de serem vistas na perspectiva dos agricultores familiares como uma forma de inserção social e econômica. Por outro lado, o capital já criou toda uma trama de elementos que faz com que tenham seu conteúdo político esvaziado, tornando-as funcionais para extrair lucro e renda da terra nessa fase de mundialização do capital (neoliberalismo) e do advento do toyotismo ou “capitalismo flexível”.

Para a consecução deste trabalho, efetuou-se revisão bibliográfica, levantamento de dados de fonte primária, a partir de entrevistas com os líderes das associações e cooperativas. Não foi possível realizá-las em todas as organizações coletivas da MRG. Visando abarcar a diversidade regional existente, realizaram-se entrevistas em associações e cooperativas nos municípios de Caiapônia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Jataí, Mineiros, Rio Verde e Santa Rita do Araguaia. No decorrer do trabalho de campo, foram realizadas entrevistas com 10 presidentes e diretores em 4 associações e 9 cooperativas, com 6 representantes dos poderes públicos locais, além de 25 agricultores familiares, totalizando 41 entrevistas.

O artigo está organizado em três partes. Na primeira, escreve-se sobre o surgimento de organizações coletivas com foco na agricultura familiar no Brasil. Na segunda, descrevem-se as associações e cooperativas de agricultores familiares pesquisadas na MRG Sudoeste de Goiás e, por fim, na terceira parte, realiza-se um estudo

do papel destas organizações, suas contribuições para os sujeitos diretamente envolvidos, mesmo sob os ditames do grande capital.

Associações e cooperativas: as organizações coletivas dos agricultores familiares

O modelo de cooperativismo moderno originou-se na cooperativa fundada por trabalhadores tecelões na pequena cidade de Rochdale na Inglaterra no século XIX. As primeiras experiências cooperativas naquele século, quase todas, vincularam-se às experiências solidárias e coletivas dos chamados socialistas utópicos, como Charles Fourier, Robert Owen, Philippe Joseph Benjamins Buchez, Louis Blanc, que à época, cada qual a seu modo, estavam indignados com a exploração capitalista. Portanto, foi um movimento de resistência ao aprofundamento do domínio capitalista (SALES, 2010).

No Brasil as experiências cooperativas surgiram no século XIX, tendo como exemplos, a criação da associação Cooperativa dos Empregados, em 1891, no município de Limeira-SP e da Cooperativa de Consumo de Camaragibe – Estado de Pernambuco, em 1894. Já no século XX, em 1902, ocorreram as primeiras experiências no Rio Grande do Sul e, em 1907, foram criadas as primeiras cooperativas agropecuárias em Minas Gerais. Porém, foi a partir de 1930 que aconteceu uma expansão expressiva, em virtude, sobretudo, do estímulo do Poder Público, que visava por meio do cooperativismo, reestruturar as atividades agrícolas. Além disso, promulgou-se a lei básica do cooperativismo brasileiro, de 1932, passando a definir melhor as especificidades daquele movimento diante de outras formas de associação (SILVA et al, 2003).

É preciso ressaltar que, oficialmente, o cooperativismo brasileiro nasceu afastado de suas bases ideológicas originais, ocorrendo o movimento de cima pra baixo, sendo pouco frequente as iniciativas vindas de “baixo”, ou seja, foi estruturado a partir do Estado e das classes dominantes e, claro, tendo como objetivo servir aos seus interesses (SERRA, 2009). O que ocorre é que o capitalismo tem apresentado uma capacidade de plasticidade muito elevada, em ressignificar ações e medidas que, inicialmente, estavam em condição diametralmente oposta a seus interesses e, assim, colocando-as a seu serviço, controlando os processos e produzindo lucro a partir destas, como no exemplo do cooperativismo.

Dos anos 1930 até os anos 1990 houve expansão muito forte de médias e grandes cooperativas no campo brasileiro, ligadas a setores da agricultura capitalista, no modelo empresarial-capitalista (SERRA, 2009).

Neste ponto, constata-se uma contradição aparente: cooperativas servindo para a expansão e o fortalecimento de relações capitalistas de produção no campo, diferentemente de suas origens no século XIX. As cooperativas foram pontos de apoio para a difusão da agricultura empresarial no campo brasileiro, não se levando em conta as características culturais e geográficas de cada região brasileira, mas como instrumentos de controle social, político e econômico e, paradoxalmente, para a expansão do capital.

A partir dos anos 1990 ocorreu significativa expansão das organizações coletivas com foco na agricultura familiar. A partir deste momento, além das cooperativas, emergiu também as associações, que apesar das similitudes, difere em alguns pontos das primeiras. De acordo com Oliveira (2010), a opção dos agricultores familiares pelas associações se deve basicamente à dois pontos em que tais se diferenciam das cooperativas, como: *I) Responsabilidade da condução administrativa recai sobre a diretoria*: que no caso de endividamento e/ou falência da associação, o ônus recai sobre os dirigentes, ao contrário das cooperativas, em que todos os sócio são co-responsabilizados conforme a cota parte; *II) Inexistência de cargos remunerados aos dirigentes*: que tende a evitar a criação de estruturas orçamentárias para pagamento de salários aos dirigentes, evitando a “profissionalização” como ocorre em sindicatos e cooperativas.

A expansão das organizações coletivas para a agricultura familiar se deu fomentada pela atuação do Estado e do capital. O primeiro efetua a indução a partir de medidas e ações estatais, via políticas públicas. “Assim, seguindo os postulados do Banco Mundial – principal financiador do Estado brasileiro - as políticas públicas de fomento ao produtor rural passaram a ser vinculadas à sua participação em associações” (OLIVEIRA, 2010, p. 41). O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi o marco destas políticas, em 1996, no Governo FHC. A partir de 2002, no Governo Lula (2002-2010), aumentaram as políticas com este formato, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Uso e Produção do Biodiesel (PNPB), o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), dentre outros. Assim, a formação de organizações coletivas de agricultores familiares permaneceu, majoritariamente, induzida, de cima para baixo (*top down*).

A reestruturação produtiva ocorrida a partir dos anos 1990, desencadeada a partir da abertura comercial externa, da desregulamentação dos mercados, mudanças tecnológico-produtivas e a redefinição do papel do Estado (neoliberalismo) alteraram as

relações estabelecidas entre as unidades de produção familiar e o mercado. Assim, os agentes hegemônicos têm adotado novas estratégias para garantir o monopólio do território, o que tem transformado a forma de produzir na agricultura familiar, seus arranjos e as suas relações com o mercado. O resultado é, que cada vez mais, relações capitalistas hegemônicas e contra hegemônicas se imbricam contraditoriamente e, se complexificam no território.

O capital, por meio das empresas à jusante da agricultura, estimula a formação de organizações coletivas, objetivando aumentar a escala de produção e tornar viável o fornecimento de matérias-primas para o processamento industrial. Exemplo foi o caso da produção leiteira, com a implementação de um conjunto de medidas vinculadas à Portaria 51 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2002), que tornou obrigatória a granelização do leite desde a ordenha. Isso exigiu elevados investimentos na aquisição de ordenhadeiras e de tanques de resfriamento. O alto custo e a baixa escala de produção inviabilizaram a aquisição desses equipamentos de maneira individualizada. Tanto os agricultores familiares, quanto os laticínios, se mobilizaram e formaram grupos informais, associações e cooperativas, viabilizando aumento da escala de produção e redução dos custos operacionais com a logística de coleta. Assim, houve a manutenção de agricultores familiares na atividade e, simultaneamente, permitiu amplos ganhos aos laticínios, conforme apontado em outros estudos (CLEMENTE, 2006) (CLEMENTE; HESPANHOL, 2009).

Historicamente, a agricultura familiar não recebeu devida atenção por parte do Poder Público, fragilizando-se diante do mercado, enfrentando diversos problemas em decorrência das inadequadas e insuficientes políticas públicas, apesar das vantagens distributivas que apresenta, podendo exercer a sustentabilidade socioambiental, bem como a significativa capacidade de gerar emprego e renda (CLEMENTE, 2011).

Sob o capitalismo, é preciso considerar algumas características e problemas inerentes à agricultura familiar: a pequena escala de produção, para muitos deles; dificuldades de regularidade na oferta e de acesso à tecnologia; estrutura atomizada das unidades produtivas; problemas derivados da relação com o mercado e descapitalização. Além disso, tem-se os problemas intrínsecos à própria agricultura, como as intempéries (seca, geadas, chuvas em excesso); dependência dos ciclos dos vegetais; oferta concentrada sazonalmente e pulverizada entre muitos agricultores e o fato de que, normalmente, há poucos compradores para as matérias-primas geradas pela agropecuária (oligopsônio).

Associações e cooperativas: as organizações coletivas da agricultura familiar no Sudoeste de Goiás

A Microrregião Geográfica Sudoeste de Goiás foi o recorte espacial para a realização da pesquisa, constituída dos seguintes municípios: Aparecida do Rio Doce, Aporé, Caiapônia, Castelândia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Palestina de Goiás, Perolândia, Portelândia, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio da Barra e Serranópolis. De modo geral, a MRG apresenta de forma expressiva espaços marcados pelo predomínio da concentração fundiária e da agricultura capitalista, com expressiva produção de grãos (milho e soja) e cana de açúcar, além de plantas agroindustriais nos principais municípios: Rio Verde, Jataí e Mineiros.

Neste sentido, houve ampla territorialização do capital (OLIVEIRA, 1991) no campo na MRG Sudoeste de Goiás, por meio de grandes plantas agroindustriais, sendo as principais, a BR Foods (carnes), Caramuru Alimentos S/A (grãos), Cargil Agrícola S/A (grãos), Coimbra S/A (grãos), Raízen (agrocombustíveis) e a COMIGO (Cooperativa Mista de Produtores do Sudoeste Goiano Ltda), atreladas à implantação de monoculturas e uso do trabalho assalariado.

De acordo com o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando os estabelecimentos rurais com área menor que 200 hectares, em que se pode classifica-los como da agricultura familiar na MRG Sudoeste de Goiás, perfazem 6.543 (61,5% do total), porém, ocupam somente 371.791 hectares (8,4% da área total). Por outro lado, os grandes estabelecimentos, com mais de 1.000 hectares, perfazem 1.088 (10,3% do total) e ocupam 2.651.239 hectares (59,7% da área total). Portanto, a agricultura familiar, mesmo presente em maior número, ocupa área pouco significativa. Mesmo neste espaço, marcado pela expressiva força da agricultura capitalista, como resultado das políticas “modernizantes” da agricultura, a partir anos 1970 e 1980, na MRG do Sudoeste de Goiás, a agricultura familiar continua presente.

A presença de agricultores familiares nesta fração do território fortemente marcada pelo avanço da agricultura capitalista, se explica pela recriação contraditória do próprio capital, por meio de relações de produção não capitalistas. De acordo com Oliveira (2007), a agricultura capitalista:

(...) Em geral, ela domina aqueles setores onde o processo produtivo necessita de pouco tempo de trabalho, como é o caso, por exemplo, da pecuária de corte e do reflorestamento. Ou aparece também, naqueles em que o avanço tecnológico permite uma redução do tempo de produção em relação ao tempo de trabalho, como é o exemplo da avicultura, da pecuária estabulada ou confinada etc. [...] E aparece mesmo naqueles setores onde existe a possibilidade de obter renda da terra particularmente, como é o caso da citricultura, da cultura da soja, do café etc. No entanto, como já foi demonstrado, ela não se expandiu em todos os setores da atividade agropecuária, ou seja, o próprio capitalismo desenvolveu mecanismos de subordinação da renda da terra, de modo a permitir a criação e recriação das relações não-capitalistas de produção no campo. (OLIVEIRA, 2007, p. 39).

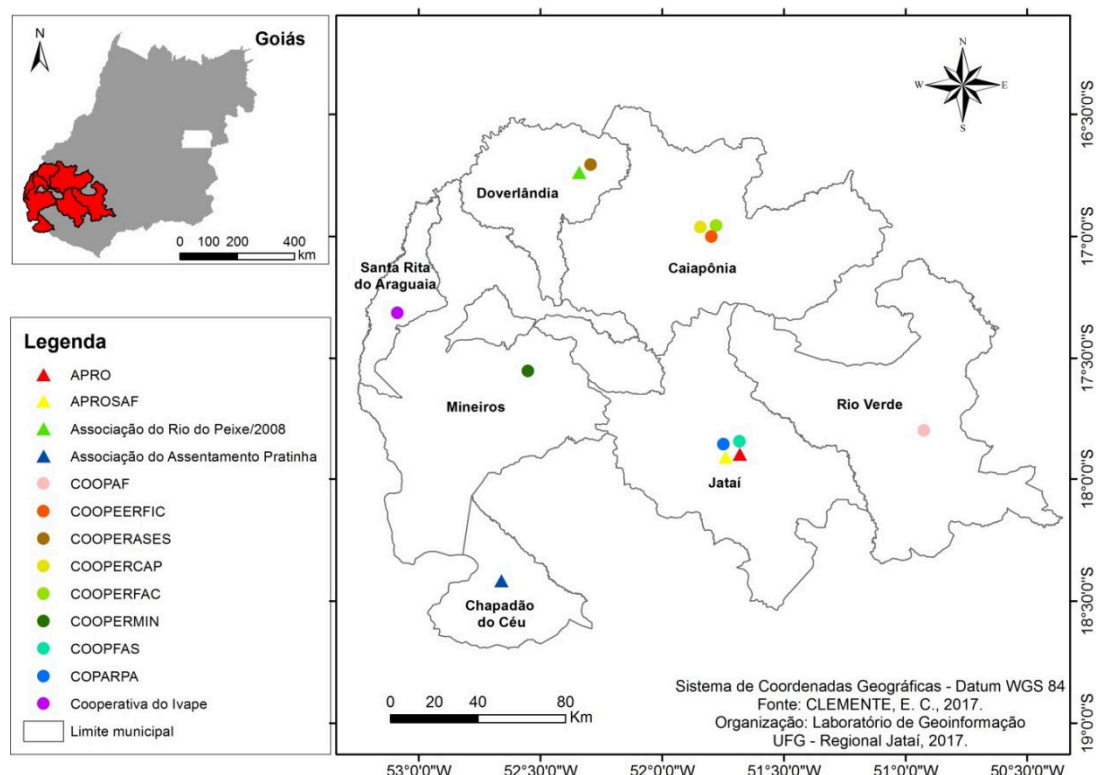
Na MRG Sudoeste de Goiás, as relações capitalistas no campo estão presentes nos setores de grãos, de cana de açúcar e na pecuária bovina de corte. Contudo, conforme advertido por Oliveira (2007), em alguns cultivos agrícolas ou criações de animais, para o capital não é viável a exploração a partir de relações assalariadas ou capitalistas. Neste caso, o capital permite e apoia as relações, usos e apropriações não capitalistas no território, porém, cria mecanismos para subordinar e extrair renda da terra por meio da monopolização do território, ou seja, no momento da circulação daquilo que é produzido pelos agricultores familiares.

Na Figura 1 apresentam-se as associações e cooperativas estudadas empiricamente na MRG Sudoeste de Goiás. Não foram pesquisadas todas existentes na MRG, devido às grandes distâncias existentes, portanto, nem todas as existentes estão representadas. No caso das associações, observou-se que as mais ativas são as vinculadas à comercialização de leite. Também verificou-se significativo número de associações rurais, pois nos assentamentos visitados existem aquelas constituídas, mesmo inoperantes em muitas situações. A Associação do Assentamento Pratinha, no município de Chapadão do Céu, é uma que se mantém atuante. Seus associados conseguiram atendimento médico quinzenal no Posto de saúde, coleta de lixo e outros benefícios junto à prefeitura. Outras associações com maior atuação são a dos Produtores do Rio do Peixe, no município de Doverlândia, além das associações do Pequeno Produtor da Onça e da Comunidade São José e Felicidade, no município de Jataí. Estas mantêm-se ativas em função do apoio na comercialização de leite.

Em relação às cooperativas, a Cooperativa Mista Agropecuária do Rio Doce (COPARPA) e a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares e Economia Solidária e Produção Agroecológica de Rio Verde e Região (COOPAF), localizadas

respectivamente, nos municípios de Jataí e Rio Verde, constituem-se nas maiores e bem estruturadas da MRG. A primeira foi fundada em maio de 1996 e tem sua sede no Projeto de Assentamento Rio Paraíso, município de Jataí. Sua fundação vincula-se diretamente às lutas das famílias do referido Projeto de Assentamento Rural (criado no ano de 1985), justamente para organizar e granelizar a produção de leite dos assentados, entregando-o aos laticínios, atendendo a Normativa 51. A partir dos anos 2000, com o advento de políticas públicas destinadas ao segmento da agricultura familiar, a COPARPA passou a se incumbir de estabelecer o acesso dos agricultores com os órgãos públicos diretamente ligados aos programas institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Nacional de Uso e Produção do Biodiesel (PNPB).

Figura 1 – MRG Sudoeste de Goiás: localização das associações e cooperativas da agricultura familiar pesquisadas

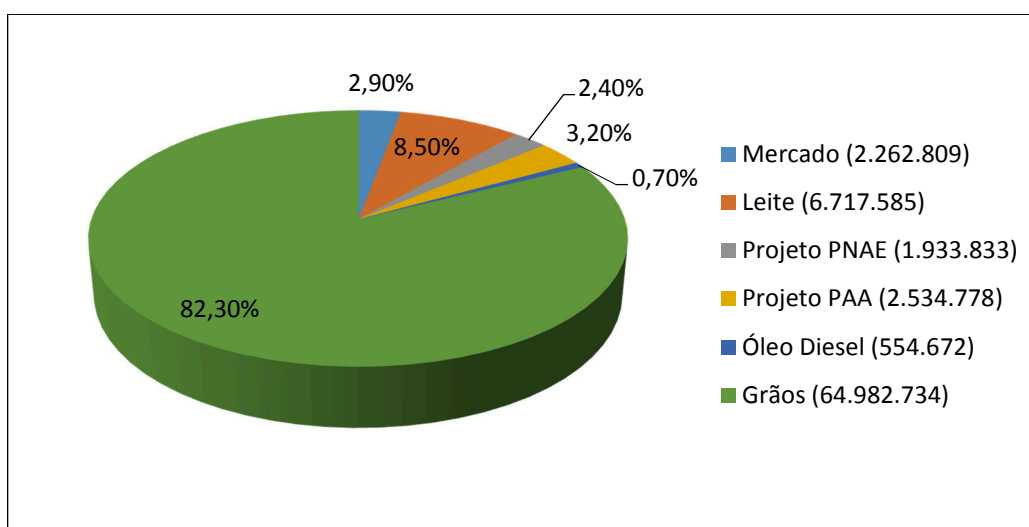


Segundo o Relatório da COPARPA para o ano de 2014, foram comercializados junto ao PNAE os seguintes produtos: leite, manteiga, frango caipira, bebida láctea, queijo muçarela, óleo e proteína de soja. Para o PAA, foram os seguintes produtos: manteiga, frango caipira, bebida láctea, fubá, farinha e canjica de milho. De toda forma,

os produtos comercializados via PNAE e PAA perfizeram apenas 5,60% do faturamento bruto da cooperativa, portanto, muito distante daquele obtido com a comercialização de grãos, que alcançou 82,30% naquele ano, conforme a Figura 2.

Conta com aproximadamente 1.500 cooperados e não atende somente assentados, atuando também na coleta de leite, produção de grãos para o biodiesel e abate de frango de granja. Importante ressaltar, que a cooperativa não processa e nem embala o leite, pois isso é feito pelo laticínio ao qual ela estabelece vínculo. Além disso, a cooperativa possui negócios com empresas, como a Caramuru e Granol.

Figura 2 – COPARPA: faturamento bruto por segmento de atuação para o ano de 2014 – %



Fonte: Relatório COPARPA - Conselho de Administração (01/01/2014 a 31/12/2014).

No caso da produção de leite, a cooperativa possui em torno de 300 cooperados, fornecedores de leite, movimentando cerca de 900 mil litros de leite por mês, responsável por 8,5% do faturamento da Cooperativa. Há disponibilidade de tanques de resfriamento e armazenamento para o leite aos pequenos produtores. No caso do Projeto de Assentamento Rio Paraíso, até os anos 2000, predominava a produção de leite entre os assentados. Após os anos 2000, estes passaram a produzir grãos estimulados pela Política Pública do PNPB, constituindo na principal atividade da cooperativa, que movimentou, em 2014, mais de R\$ 64.000.000,00 (Sessenta e quatro milhões de reais), equivalente a 82,30% do faturamento bruto anual.

Assim, houve a expansão da produção de grãos no Assentamento Rio Paraíso onde se originou a cooperativa, bem como em estabelecimentos da agricultura familiar no município de Jataí, de municípios vizinhos e até do estado do Mato Grosso, conforme a

Figura 3. A atuação na produção de soja para o biodiesel, fomentada pela política pública do PNPB, foi o fator decisivo para o crescimento da cooperativa em termos de aumento do número de cooperados, do expressivo faturamento apresentado e da considerável ampliação da escala geográfica de sua atuação. Além disso, considera-se o *know how*, a presença das *Tradings* interessadas em incorporar a produção familiar para obter o Selo Social e a tecnologia de produção de grãos presente e consolidada na região, elementos relevantes para impulsionar a produção entre os agricultores familiares.

O referido assentamento encontra-se em terras com relevo propício à mecanização, solos férteis e próximo da sede do município de Jataí, contribuindo para o interesse das grandes empresas na expansão dos plantios de grãos. O advento da política do biodiesel promoveu a produção nas unidades familiares, ou seja, em pequena escala.

De acordo com SIEB (2015):

O assentamento Rio Paraíso apresenta como principais atividades produtivas para fins comerciais a produção de *commodities* (soja e milho) e leite de gado bovino. A soja e o milho são produzidos respectivamente por 93,9% e 81,8% das unidades familiares. Já a atividade leiteira foi apontada por 39,4% dos estabelecimentos, dos quais 38,5% o leite é a atividade principal, sendo que nas demais unidades familiares que atuam com leite, a produção de soja e milho são as principais fontes de renda. (SIEB, 2015, p. 78).

O predomínio da produção de soja e de milho, com alguns casos via arrendamento, relaciona-se aos incentivos proporcionados pela política do PNPB, promovendo ganhos aos arrendatários capitalistas. Outro fator, relaciona-se à idade avançada de muitos assentados, além da falta de sucessão no campo. Além disso, a descapitalização, os riscos inerentes às atividades agrícolas e as facilidades para a venda dos grãos, via PNPB, explicam o arrendamento para os grãos, pois torna-se atividade segura, não exigindo mão de obra do assentado (SIEB, 2015).

A produção do biodiesel deriva da utilização de várias oleaginosas, como o óleo de dendê, a palma, soja, girassol, dentre outros. A escolha da soja na MRG se deve ao elevado poder econômico e político das grandes empresas como a Caramuru e a Granol, vinculadas ao setor da produção de grãos, detentoras do pacote tecnológico e consolidadas desde os anos 1970 e 1980 na região.

A COPARPA remunera o agricultor de soja com 4% sobre o valor de mercado e mais R\$ 1,00 (Um real) por saca de soja. De acordo com as informações obtidas em 2015,

o assentado/agricultor recebeu em torno de R\$ 2,80 a mais por saca em relação ao preço praticado no mercado, como resultado também da isenção do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep com alíquota de 0,65%) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins com alíquota de 3%), concedida pelo Governo Federal, via PNPB. Além disso, a cooperativa fornece assistência técnica para o plantio e acompanha o período de crescimento das plantas, orientando o manejo, uma das vantagens para aqueles que produzem e comercializam via cooperativa.

A produção de grãos possibilitou a expansão geográfica de atuação da cooperativa, que opera nos seguintes municípios: Acreúna, Caiapônia, Montes Claros de Goiás, Montividiu, Paraúna, Perolândia, Quirinópolis, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, São João da Paraúna, em Goiás e Água Boa, em Mato Grosso, conforme pode ser visto na Figura 3.

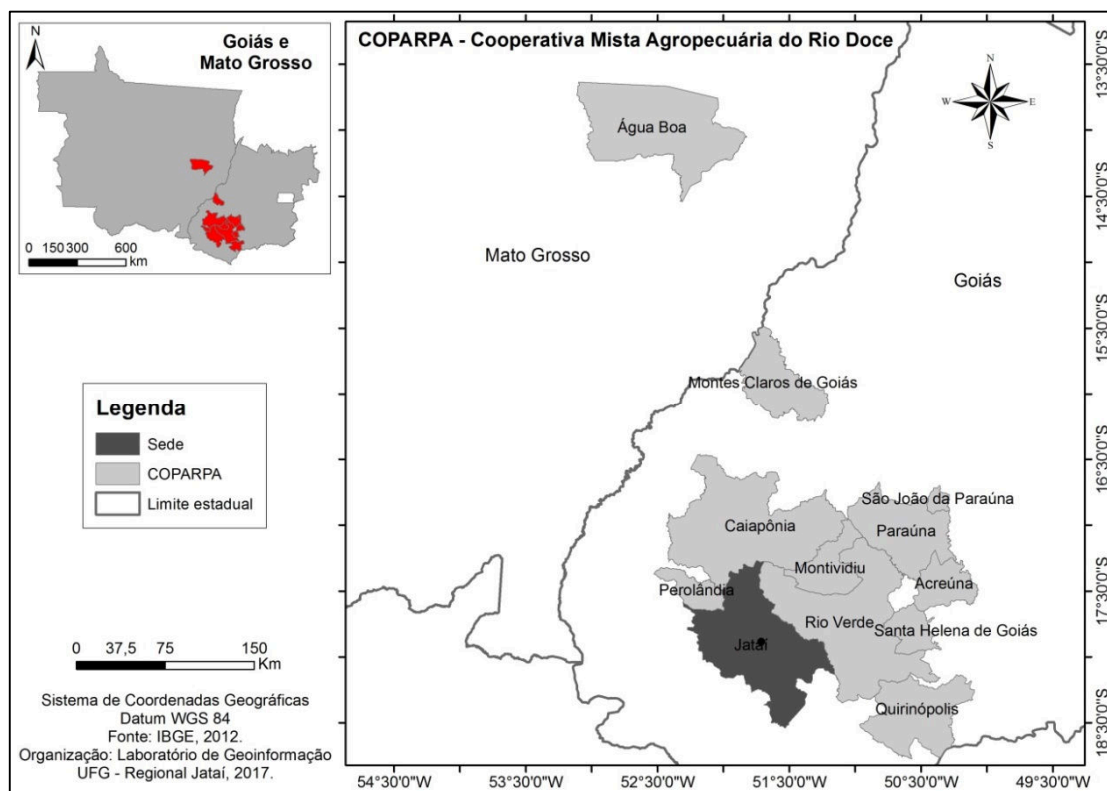
A COPARPA conta com um abatedouro de frango no Assentamento Rio Paraíso. A produção segue, majoritariamente, para os mercados institucionais do PAA e PNAE. A iniciativa de instalar o abatedouro constitui relevante estratégia, pois possibilita agregar maior valor ao produto.

De acordo com Ribeiro e Dias (2016), a COPARPA teve papel decisivo na inserção da produção de grãos entre os agricultores familiares:

Nos dois casos, foram as empresas que procuraram a Cooperativa para que esta assumisse a corresponsabilidade no processo produtivo da soja. A Cooperativa articula a compra dos insumos e a assistência técnica, que é custeada pelas empresas e define percentuais de pagamento entre os agentes, evidenciando uma prática monetária comum no âmbito do Programa. A Cooperativa é quem orienta as empresas quanto aos assentamentos considerados apropriados para integrar com o PNPB. (RIBEIRO; DIAS, 2016, p. 19-20).

Além da COPARPA, outra cooperativa, originada na agricultura familiar, a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares e Economia Solidária e Produção Agroecológica de Rio Verde e Região (COOPAF), do município de Rio Verde, organiza-se, sobretudo, em torno da produção de grãos para o biodiesel, via PNPB. Esta atividade perfaz o maior faturamento bruto da cooperativa (68%), conforme se verifica na Figura 4.

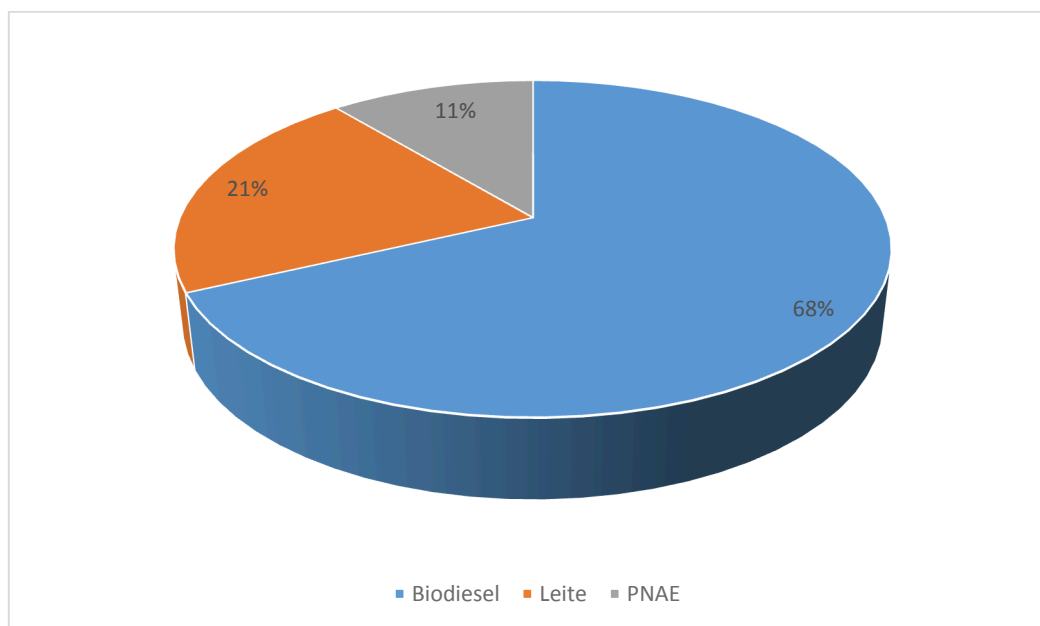
Figura 3 – COPARPA: área de atuação



Fonte: COPARPA.

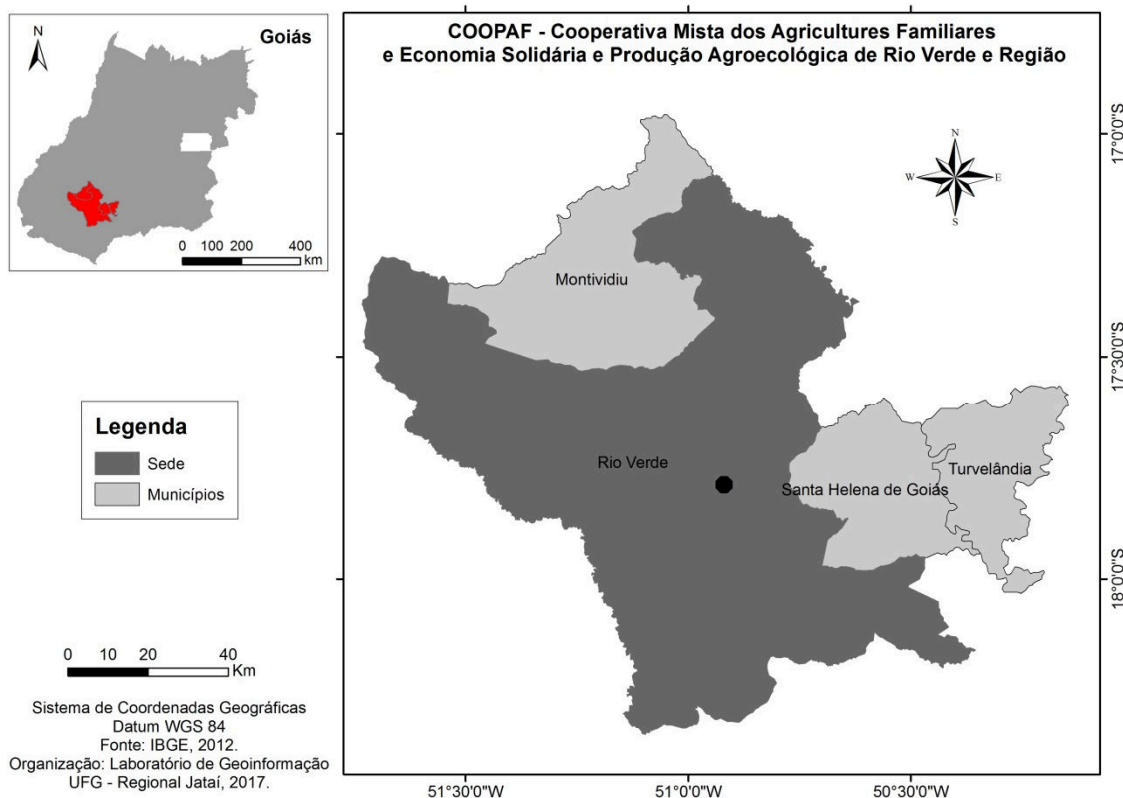
A criação da COOPAF foi 22 de setembro de 2009, no município de Rio Verde. Atualmente conta com 943 cooperados nos municípios do Sudoeste de Goiás, atuando no recebimento de soja para o biodiesel, que é remetida para as empresas que a esmagam, mediando a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros para o PAA e o PNAE. A cooperativa recebe, embala e remete os produtos, além de atuar na captação do leite entre os cooperados. Assim como a COPARPA, empresta os tanques de resfriamento aos agricultores familiares. De acordo com um informativo da COOPAF, obtido no trabalho de campo, na safra 2012/13, a cooperativa movimentou R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais) de bônus sobre os preços de mercado, para seus cooperados pela participação no programa Biodiesel (PNPB).

Figura 4 – COOPAF: faturamento bruto - % - 2016



Fonte: COOPAF. Org. Evandro César Clemente.

Figura 5 – COOPAF: localização da sede e dos municípios de atuação



Seus cooperados estão distribuídos principalmente pelos municípios de Rio Verde, Turvelândia, Montividiu e Santa Helena de Goiás e, em menor número, em outros municípios próximos, como Jataí, Acreúna, Paraúna e Quirinópolis. Sua atuação abrange

14 assentamentos, atendendo também aos agricultores familiares tradicionais, não oriundos de reforma agrária. Além de disponibilizar assistência técnica para atender seus associados, os técnicos da cooperativa elaboram projetos de PRONAF, PAA e PNAE para os agricultores familiares. Quando nos foi repassada a informação, no ano de 2016 a cooperativa não trabalhou com o PAA.

O PNPB tornou possível a produção de grãos em pequena escala. Cumpre ressaltar que a escolha pelo cultivo de soja pelos agricultores familiares, atendeu aos interesses do capital monopolista na MRG Sudoeste de Goiás. Assim, a agricultura familiar produzindo grãos tornou-se “complementar” à agricultura capitalista, pois possibilitou às grandes empresas do setor de grãos obterem o chamado Selo Combustível Social (Lei 11.097/2005), adquirido ao integrarem a agricultura familiar no processo produtivo, mesmo que esta não seja eficiente para isso. Isso permitiu às empresas o acesso à uma série de benefícios fiscais e creditícios, como redução das alíquotas de PIS/PASEP e COFINS e acesso à créditos em condições vantajosas do BNDES e de outras instituições financeiras (OLIVEIRA, 2011).

Neste caso, as organizações coletivas têm contribuído para o aprofundamento da subordinação dos agricultores familiares ao capital. Um dos aspectos marcantes destas operações é a especialização produtiva das unidades familiares, no caso da produção de grãos, tornando-os mais fragilizados e subordinados, sobretudo pelas determinações do mercado fortemente oligopolizado no setor. A comercialização dos produtos do pacote tecnológico da soja, como os insumos químicos, máquinas e implementos agrícolas comercializados para os agricultores familiares, tira cada vez mais o controle sobre o processo produtivo do agricultor nos seus estabelecimentos. Cada vez mais se exige um padrão tecnológico, tanto em maquinários quanto em insumos, projetado para produção em grande escala, com alto grau de investimento, tornando inviável a sua aquisição para estabelecimentos de 30 hectares, por exemplo. Muitas vezes, a opção é a contratação, por meio de terceirização para empresas especializadas em serviços de plantio, pulverização e colheita. Outra suscetibilidade dos agricultores familiares, atrelada à superespecialização na produção de grãos, é inviabilização da produção de outros cultivos agrícolas, sobretudo os alimentares para o autoconsumo.

Por outro lado, encontrou-se cooperativas que atuam focadas no PAA e no PNAE, os mercados institucionais de alimentos do Governo Federal. Estas, em geral, enfrentam

maiores dificuldades e não apresentam a mesma pujança econômica daquelas participantes do PNPB, assim como não apresentam a mesma abrangência espacial, restringindo-se, geralmente, aos limites do município sede e contando com uma quantidade bem menor de cooperados.

No município de Jataí, a Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar do Sudoeste Goiano (COOPFAS), fundada em 2009, objetiva auxiliar os agricultores familiares no acesso às políticas públicas, como o PAA e o PNAE, por meio de parcerias com a Prefeitura Municipal e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

A COOPFAS tem uma estratégia de atuação por meio de miniagroindústrias, fabricando farinha, panificados e temperos (duas unidades), garantindo melhores preços pela agregação de valor aos produtos oriundos de, aproximadamente, 152 cooperados da agricultura familiar. Mesmo com a presença da cooperativa e da inserção de sua produção em mercados institucionais, existem atravessadores no município de Jataí que trazem produtos das Centrais de Abastecimento do Estado de Goiás (CEASA), de Goiânia, concorrendo com os produtos provenientes da agricultura familiar local. Assim, a estratégia da COOPFAS é, a médio e longo prazo, se fortalecer e ocupar o mercado atendido pelos atravessadores, como a criação e instalação de uma feira para os agricultores familiares, priorizando os produtos agroecológicos.

Há outra cooperativa que atua com agricultores familiares no Sudoeste de Goiás, é a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Caiapônia e Região (COOPERFIC), localizada no Assentamento Cachoeira Bonita, município de Caiapônia. O seu foco é na agricultura familiar, intermediando a comercialização de hortifrutigranjeiros com os mercados institucionais e feiras com a venda via cooperativa. Primeiramente, surgiu como associação de agricultores familiares, posteriormente, transformada em cooperativa, portanto, modificando seu *status* jurídico para o acesso aos mercados institucionais, como o PAA e o PNAE. À época de sua fundação, seria preparada para atuar em nível regional. Porém, por divergências entre os membros, tornou-se uma cooperativa do Assentamento Cachoeira Bonita. Em entrevista, um assentado/cooperado relatou:

Quando começa a ter interesses diferentes. Nós temos produtores na COOPERCAP [dissidência da COOPERFIC] de vários assentamentos. Aí no momento que este rapaz [consultoria externa] chegou, ele determinou que fosse criada uma cooperativa somente do assentamento, cooperativa fechada. Aí a gente iria ficar como atravessadores, pegar o produto dele e vender pro PAA. Pois várias

... pessoas de outros assentamentos e outros municípios estavam conosco na luta pra formar cooperativa. A gente tinha compromisso com outras pessoas de fora. Colocamos pessoas de vários lugares e depois só do Cachoeira Bonita poderia participar. Sete famílias disseram não e se afastaram. Ai recomeçamos e fundamos a COOPERCAP. Nós queríamos uma cooperativa mais democrática. [...] Nós não temos entendimento de como é um estatuto e tal. [a consultoria veio] e “fechou” a cooperativa somente para os do assentamento. “Rachou até” os sindicatos. (Entrevista com assentado/cooperado em Maio de 2016).

Esta fragmentação dos agricultores familiares contribui ainda mais para acentuar suas fragilidades. Assim, inicialmente, a estratégia adotada foi de uma cooperativa, a COOPERFIC, restrita aos assentados do P. A. Cachoeira Bonita, tornando-se uma espécie de “atravessadora” em relação aos demais assentamentos, contrariando expectativas de atuação em escala maior e com mais força. Isso provocou uma dissensão interna, culminando na saída de alguns membros, que se reorganizaram e fundaram outra cooperativa, no caso a COOPERCAP.

Os agricultores familiares, no caso da COOPERFIC, levam seus produtos até o “barracão” da cooperativa, que por sua vez, cobra 5% dos cooperados e 8% daqueles que não são cooperados. Segundo informações do entrevistado C, a cooperativa tem 70 cooperados atualmente, mas lembra que há outros agricultores não cooperados fornecendo para o PAA e o PNAE. A atuação da COOPERFIC ocorre nos municípios de Caiapônia (sede), Doverlândia e Palestina de Goiás, mas somente efetua a intermediação comercial, portanto, não beneficia e/ou industrializa os produtos, apesar dos planos de instalação de um abatedouro de aves. A cooperativa, trabalhando com produtores não cooperados, reduz a atuação da mesma apenas a ser um elo logístico, esvaziando assim seu potencial de organização e força política e econômica dos agricultores familiares.

A Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares dos Municípios de Caiapônia e Palestina de Goiás (COOPERCAP) foi fundada em 2009, inicialmente com 25 sócios, com a intenção de garantir canais de comercialização aos assentados do município. Assim o objetivo da cooperativa é:

[...] é organizar a produção e comercializar, ajudar o produtor a se organizar e comercializar a produção dele dentro do contexto geral da comercialização, quanto na distribuição federal, PAA e PNAE e também nas feiras. Temos um trabalho iniciado com feiras, e tentar trazer conseguir para os mercados da cidade. (Entrevistado A, membro da diretoria da Cooperativa. 20 de maio de 2016).

Além das vendas aos mercados institucionais, ela organiza feiras livres em variados dias da semana, possibilitando a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, sobretudo nos municípios de Caiapônia e de Iporá, que sedia a Central das Cooperativas da Agricultura Familiar, que centraliza algumas cooperativas agrícolas de municípios do Território Rural do Médio Araguaia, que recebe produtos para posterior comercialização, além de trocas de produtos entre as próprias cooperativas. A organização de feiras é positivo por criar canais de comercialização aos agricultores familiares.

Em 2015, a COOPERCAP atendia 3 escolas, via PNAE em Caiapônia, mas ampliou recentemente para 26 escolas, distribuídas pela Subsecretaria Estadual de Educação sediada em Piranhas e, também, nos municípios de Palestina de Goiás e Doverlândia, além de Barra do Garças, no Mato Grosso.

Segundo o entrevistado B, há um projeto de processamento e comercialização de leite com a marca da própria cooperativa. Entretanto, apontou algumas dificuldades: “[...] a gente encontra muitas barreiras, tanto o produtor quanto a cooperativa” (Entrevistado B). Além disso, afirmou que antes de fundar a cooperativa, a situação dos agricultores familiares era pior, pois os laticínios definiam os preços, restando aos agricultores se submeterem aos ditames das empresas ou a produção artesanal de queijos e de requeijão e, posterior comercialização em feiras, para compensar os baixos preços pagos pelo leite. Afirmou também que os laticínios “seduzem” os agricultores mais próximos às unidades de recepção de leite (menor custo de frete) e aqueles com grande volume de produção e qualidade, pagando-lhes preços melhores, justamente para enfraquecer a cooperativa. Com tais práticas, a cooperativa perdeu 17 fornecedores para estas empresas de laticínios.

O município de Caiapônia possui outra cooperativa, a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Caiapônia (COOPERFAC), fundada em 2011, mas atuava anteriormente na informalidade, comercializando produtos nas feiras. A cooperativa surgiu no Projeto de Assentamento Cocalina, com 37 lotes e 36 famílias assentadas (um dos lotes é destinado ao cultivo coletivo, via cooperativa). Atualmente, alguns assentados se dedicam à produção de soja para o biodiesel, fornecendo para a COPARPA de Jataí, mas projetam a comercialização direta com as empresas produtoras de biodiesel, eliminando atravessadores. O principal descontentamento, segundo o entrevistado C, é a falta de assistência técnica da COOPERFAC, causando dependência de orientações de

técnicos das empresas agropecuárias, revendas de adubos e agrotóxicos, utilizando doses excessivas por recomendação dos próprios vendedores.

Os altos custos pagos às empresas especializadas em plantio e colheita, diminuía seus ganhos, pois giravam em torno de 5 sacas por hectare. Para redução dos custos, a diretoria da COOPERFAC negociou a redução com as empresas, caindo para 3 sacas por hectare. A cooperativa permitiu-lhes aumentar o poder de barganha e assim melhores preços nos serviços de plantio, colheita e comercialização, reduzindo custos e aumentando a renda. Mesmo ligados a uma cooperativa sediada distante geograficamente, pouco se sentiam representados. Assim, infere-se que a representatividade e participação dos agricultores tem se mostrado inversamente proporcional ao tamanho da cooperativa, pois quanto mais esta cresce e amplia sua escala geográfica de atuação, se por um lado ela se fortalece, por outro decai a representatividade dos seus integrantes, passando a estar mais “distante” destes.

De acordo com o entrevistado D:

Com a soja os assentados conseguiram pagar as contas. Estamos com 6 anos com a soja. Hoje todo mundo tem seu carro, a vida melhorou muito. Quando viemos pra cá, tinha 2 camionetes, ninguém tinha carro. A gente ia pra rua a pé. Todo o dinheiro da soja do pequeno fica no comércio de Caiapônia. Antes da soja a gente ficava esperando a cesta básica do INCRA, pois não tinha nada. (Entrevistado D. Trabalho de campo realizado em maio de 2016).

No município de Mineiros existe a Cooperativa Mista dos Produtores e Produtoras Familiares do Município de Mineiros-GO (COOPERMIN), com 42 cooperados (Mineiros e Perolândia), fundada em janeiro de 2011 para atender os mercados institucionais, com auxílio da Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater).

A comercialização para os mercados institucionais (PAA e PNAE) iniciou-se em 2013, com a prefeitura de Portelândia e, em 2014, para Mineiros. Para os mercados institucionais são entregues 22 produtos, como verduras, legumes, panificados, queijos, dentre outros. A cooperativa montou 4 panificadoras nos assentamentos e seus equipamentos foram adquiridos por editais elaborados pelos técnicos da EMATER, captando recursos da empresa Odebrecht e da Embaixada da Austrália. Assim, a COOPERMIN adquiriu freezers, mesas, caminhão refrigerado, veículo e trator. A prefeitura de Mineiros apoia a cooperativa cedendo um veículo para entrega de produtos

e o prédio utilizado como ponto de coleta dos produtos produzidos pelos cooperados para, posteriormente, serem distribuídos nas escolas.

As unidades de panificação são gerenciadas e trabalhadas por grupos informais de mulheres cooperadas à COOPERMIN. De acordo com o entrevistado E, “[...] para a COOPERMIN o PAA e PNAE são vitais para ela, pois se saísse hoje nem sei se a cooperativa sobreviveria” (Trabalho de campo realizado em fevereiro de 2016). Porém, o mesmo afirmou que a cooperativa diversifica as alternativas de mercado para os produtos de seus cooperados, por meio da realização de feira semanal, além do estabelecimento de parcerias para fornecer alimentos para lanchonetes e restaurantes de uma instituição educacional de nível superior do município.

No município de Doverlândia há a Cooperativa Agropecuária Integrada dos Produtores Familiares do Ases do Araguaia (COOPERASES). A principal motivação para a sua fundação, no ano de 1998, pelos assentados do Projeto de Assentamento Ases do Araguaia, foi a necessidade de resolver a questão da comercialização dos produtos da agricultura familiar, sobretudo o leite, mas entrou em operação somente em 2000. O leite é o principal produto comercializado, mas também há produção de banana, ambos vendidos *in natura* para atravessadores.

A cooperativa recebe leite em seus resfriadores e tanques de sócios e também de não sócios, captando em torno de 11 mil litros por dia. Deste total, 25% provém de cooperados e 75% de não cooperados (Entrevistado I. Trabalho de campo realizado em julho de 2016). Os não cooperados são do próprio município, denominados de “produtores terceirizados”, sendo os principais fornecedores de leite, justamente pelo pequeno número de cooperados do assentamento, ainda com baixa produção leiteira. Alguns entrevistados afirmaram que a cooperativa passou por um período de crise e endividamento, provocando a perda de cooperados, restando 35 cooperados, pois antes chegou a ter 40. O fato de a cooperativa captar leite de produtores não cooperados gera uma situação bastante singular que, de certo modo, a descaracteriza dos princípios originais do cooperativismo, tornando-se apenas uma prestadora de serviços. Ela tem trabalhado com produtores de leite de variados tamanhos, desde pequenos até grandes. Os maiores produtores apresentam uma produção em torno de 400 litros/dia, enquanto que os menores de até 5, 8 ou 10 litros/dia.

O recebimento médio por dia da COOPERASES é de 11 mil litros de leite, totalizando 320 mil litros por mês. Esse volume permite recebimento de melhores preços pelo leite, pois a cooperativa o negocia diretamente com as empresas de laticínios. Além disso, traz outros benefícios aos seus cooperados e fornecedores, pois comercializa ração e sal para o gado a preços menores que praticados no mercado, em virtude de que realiza compras em grande quantidade, diretamente das indústrias.

Outro fator relevante para a COOPERASES é a sua participação na Cooperativa Central de Laticínios de Goiás, com 28 associados no referido estado. De acordo com o entrevistado E, o preço, recebido pelos cooperados e fornecedores da COOPERASES, subiu entre R\$ 0,10 (Dez centavos de Real) e R\$ 0,15 (Quinze centavos de Real), por litro de leite, a partir de sua filiação à Central, permitindo aumentar os ganhos e “bonificar” os agricultores. O preço recebido pelo produtor era de R\$ 1,10.

Outra estratégia da COOPERASES relaciona-se à logística de captação do leite, pois a terceirização do serviço permitiu-lhe aumentar seus ganhos, além dos laticínios não quererem arcar com estes custos. Também desativou tanques de expansão para o recebimento de leite, devido aos custos com energia elétrica. A partir de então, repassou aos próprios produtores, a organização dos tanques comunitários, assim como os custos de manutenção e de energia elétrica.

O número de cooperados e de fornecedores oscila em razão da variação dos preços pagos ao leite e às ações das empresas de laticínios. Sendo assim, quando o preço pago pelas indústrias está elevado, os cooperados e fornecedores saem da COOPERASES. Quando há redução destes preços, os agricultores recorrem à cooperativa para conseguirem preços melhores, pois sua pequena produção não lhes permitem poder de negociação junto às empresas. Segundo o entrevistado I:

[...] quando as coisas estão indo mal, todo mundo quer participar, quando está indo bem, ninguém quer participar, e isso é ruim; [...] se ela não tem participação, a gente tem que estar articulando e trazendo esse pessoal pra dentro. (Entrevistado I. Trabalho de campo realizado em julho de 2016).

Segundo o entrevistado I, outra dificuldade ressaltada é a individualidade dos agricultores familiares: “[...] as pessoas tem uma produção boa, porém, o individualismo atrapalha. [...] No Centro-Oeste é mais difícil trabalhar em cooperativa do que no Sul, devido à cultura individualista aqui no Centro-Oeste.” (Trabalho de campo, 2016).

De toda forma, não há grandes vantagens para os cooperados em relação aos não cooperados, pois o único diferencial é que os primeiros recebem R\$ 0,01 (Um centavo de Real) a mais por litro de leite em relação aos segundos. Para o entrevistado I, para a cooperativa é mais vantajoso relacionar-se com os não cooperados, pois trazem melhores resultados econômicos. Assim, “Sob o ponto de vista social é melhor ter o associado [cooperado], do ponto de vista econômico é melhor ter o terceirizado [não cooperado], a cooperativa ganha mais” (Trabalho de campo, 2016). Infere-se que para os produtores é melhor não ser cooperado, pois se isentam de problemas de dívidas, caso a cooperativa venha contraí-las. Ela também enfrenta estratégias dos laticínios no mercado para enfraquecê-la, que atrapalham o crescimento e a consolidação da mesma.

O município de Doverlândia ainda conta com a Associação dos Produtores de Leite Vale do Rio do Peixe, criada em 2008 por um grupo de agricultores familiares, almejando melhorias no preço do leite. Isto se deu por iniciativa de um grupo ligado ao Sindicato dos Produtores Rurais de Doverlândia, filiado à Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG). Atualmente conta com 109 associados, dos quais 90 são agricultores familiares, ou seja, 82,5%. Possui plano de se tornar uma cooperativa. Sua sede localiza-se na cidade de Doverlândia e sua ação restringe-se ao recebimento e resfriamento do leite e posterior comercialização com o Laticínio Centro Oeste, do município de Piranhas (GO), de onze mil litros de leite/dia na entressafra, chegando a 20 mil litros/dia na safra.

Todos os associados, independente do seu porte, recebiam o mesmo preço pelo litro do leite, mas, nos últimos tempos, a associação passou a remunerar de acordo com o volume e a qualidade do produto entregue. Assim, o maior produtor (700 litros/dia), recebe em torno de R\$ 0,11 (Onze centavos de Real, cerca de 9%) a mais pelo litro do leite, em relação aos associados com menores volumes entregue. Segundo o entrevistado F, os produtores menores sentem-se “prejudicados” e querem receber o mesmo preço.

A associação oferecia assistência técnica aos associados, disponibilizando um médico veterinário. Mas, segundo o entrevistado F, os custos elevados da contratação do profissional e a pouca utilização de seus serviços, resultou na sua dispensa. A principal alegação é que os agricultores familiares relutavam em receber a assistência do médico veterinário, preferindo a utilização de seus conhecimentos tradicionais.

No município de Santa Rita do Araguaia há a Cooperativa Mista Singular dos Agricultores Familiares do Ivapé, fundada em 2003, resultado dos esforços e luta dos assentados da Agrovila Ivapé, Projeto de Assentamento criado em 1999, via créditos do Banco da Terra. Os lotes do assentamento possuem dimensões variadas, desde 15 até 39 hectares. Inicialmente, o assentamento era coletivo, mas estão em processo de individualização dos lotes. De acordo com o entrevistado G:

Foi criada a cooperativa pra acerto da regularização e eles fizeram o assentamento no sistema no banco de condomínio de grupos de 10 famílias. Ficaram 4 hectares pra cada sócio morar e explorar e o resto coletivo. Na divisão da terra teve problemas, daí teve de criar a cooperativa. Nós não usamos pra comercializar [cooperativa], devido à burocracia muito difícil, a gente não tem um grande entendimento do cooperativismo e devido a este processo de individualização dá muito trabalho e a gente está envolvido somente com este fim. (Entrevistado G. Trabalho de campo em setembro de 2016).

Portanto, a cooperativa foi fundada apenas para servir como ente jurídico para ser proprietária formal de toda a propriedade do assentamento. Sendo assim, nunca foi utilizada para comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar.

Além da cooperativa, há no assentamento uma associação, a Associação dos Trabalhadores Rurais do Araguaia (ATRA), fundada como exigência na constituição do assentamento para liberação do crédito fundiário para aquisição da terra. Assim, são duas organizações coletivas praticamente inoperantes, existindo apenas formalmente.

As maiores dificuldades relatadas pelos entrevistados são o acesso à água e à assistência técnica. O Poder Público local cede um ônibus para os assentados comercializarem seus produtos na feira livre na sede do município.

O entrevistado H relata:

A cooperativa só ajuda na documentação da terra. Não há vantagens em participar da associação e cooperativa, mas agora estou participando do grupo de mulheres aqui, que são 5 mulheres, e as demais estão com medo ainda. Nunca usei a cooperativa pra comercializar. Eu não sei [o motivo de não usar a cooperativa para comercializar], porque aqui tudo é muito difícil, ninguém ajuda, não tem ajuda do prefeito, de ninguém, nem maquinário que a gente precisa, mas que dizem que o maquinário veio pra gente. (Entrevistada H. Trabalho de campo realizado em setembro de 2016).

Além de todas as dificuldades apontadas, o entrevistado relatou que ainda não tinha a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), portanto, não comercializava sua produção com os mercados institucionais, como o PNAE e o PAA.

Organizações coletivas da agricultura familiar: autonomia ou heteronomia?

É preciso levar em conta que, de acordo com Brandão (2007), nesta fase atual do capitalismo monopolista, as transformações tecnológicas e a mundialização do capital [...] “aprimoraram o uso que o capitalismo sempre fez do território”, de maneira que o capital está sempre redesenhando novas formas de dominação e controle e, os sujeitos, simultaneamente, também buscam criar modos de resistir no território. Desse embate que sempre tende a se renovar, surgem novas estratégias e mudam-se as relações sociais.

Para Lima (2015), o território é apropriado de modo distinto pelos sujeitos sociais:

Essa caracterização do território perpassa as relações de poder, distinguidas levando-se em consideração o uso do território como recurso, pelos agentes hegemônicos, e o uso do território como abrigo e como recurso, pelos agentes sujeitados, ocorrendo, assim, duas formas distintas de produção e de uso do território, pois os dominantes privilegiam o uso capitalista e mercantil do território e os dominados privilegiam sua mera reprodução social e as relações de sobrevivência, produzindo, dessa maneira, distintas realidades. (LIMA, 2015, p. 28).

Pela realidade estudada, é possível afirmar que as organizações coletivas da agricultura familiar têm e podem desempenhar dois papéis de forma simultânea e contraditória, ou seja, o uso do território com ações visando a acumulação capitalista e também com o objetivo de garantir a reprodução social para seus associados/cooperados. Mesmo aquelas surgidas a partir dos anos 1990, induzidas pelo Estado e pelo mercado capitalista, não se pode perder de vista que seus integrantes vislumbrem caminhos para continuarem produzindo e permanecerem no campo.

As variadas políticas públicas, como o PAA, PNAE (surgido anteriormente) e PNPB originadas e implementadas para a agricultura familiar, ao longo dos mandatos dos presidentes do Partido dos Trabalhadores (PT), se por um lado não foram suficientes para resolver a questão da fragilidade dos agricultores familiares, por outro, é inegável que abriram um leque considerável de oportunidades de obtenção de renda e benefícios jamais vistas por eles anteriormente, dada à situação de quase total descaso com estes sujeitos antes dos anos 2000.

As organizações coletivas possibilitaram aos agricultores familiares acesso a canais de comercialização e às políticas públicas, como o PAA, PNAE e PNPB, melhorando os preços de seus produtos e seus rendimentos. Não obstante, esta contribuição não permitiu resolver a fragilidade da agricultura familiar, por motivos internos e externos às organizações coletivas. Internos, pode-se citar: o individualismo, falta de informação, baixos níveis de participação, má gestão. Externos: estratégias do grande capital e do Estado em subordinar a agricultura familiar, pois o segmento não domina taxa de juros, linhas de crédito, tecnologias de produção, a cadeia produtiva do produto ao qual está inserido, além da relação perversa com o mercado. É preciso considerar que a escala de atuação das cooperativas é sempre local e no máximo regional, incompatível e insuficiente para fazer frente à atuação dos agentes hegemônicos capitalistas e do Estado, atuantes em todas as escalas, até mesmo na mundial em alguns casos, como são as *tradings* na cadeia de grãos e do setor de laticínios.

Para Wellen (2012):

[...] Isso ocorre pelo fato de que, para competir e sobreviver no mercado capitalista, qualquer organização econômica precisa aceitar os critérios de racionalidade e eficiência derivados desse modo de produção e, fatalmente, nesse terreno a luta é extremamente favorável às empresas capitalistas [...]. (WELLEN, 2012, p. 124).

É preciso considerar que os efeitos e vantagens das organizações coletivas são limitados aos agricultores familiares, tendo em vista que a agricultura constitui-se num setor com fortes relações intersetoriais, seja com o setor financeiro, comercial ou industrial, constituindo-se apenas em uma etapa do processo produtivo. Neste caso, as sinergias geradas pelo coletivo nas organizações coletivas são melhores aproveitadas pelo grande capital.

Para entender as limitações das organizações coletivas, é preciso considerar o circuito da produção, formado pela produção, distribuição, troca e consumo. Marx (1983) explicita estes diferentes momentos do processo produtivo:

[...] na produção, os membros da sociedade adaptam (produzem, dão forma) os produtos da natureza em conformidade com as necessidades humanas; a distribuição determina a proporção em que o indivíduo participa na repartição desses produtos; a troca obtém-lhe os produtos particulares em que o indivíduo quer converter a quota parte que lhe é reservada pela distribuição; no consumo, finalmente, os produtos tornam-se objetos de prazer, de apropriação individual. A produção cria

os objetos que correspondem às necessidades; a distribuição reparte-os segundo leis sociais; a troca reparte de novo o que já tinha sido repartido, mas segundo as necessidades individuais; no consumo, enfim, o produto evade-se desse movimento social, torna-se diretamente objeto e servidor da necessidade individual, que satisfaz pela fruição [...]. (MARX, 1983, p.207).

Sob este circuito produtivo, os agricultores familiares e suas respectivas organizações coletivas conseguem atuar apenas numa fração da produção e da distribuição, ou seja, possuem baixo poder de controle e decisão, tendo em vista que a maior parte deste processo é comandado pelo grande capital, direta ou indiretamente. Mesmo com as organizações coletivas, não tem sido possível desencadear mudanças estruturais, subverter a ordem capitalista e assumir o comando sobre o processo de produção (distribuição, troca e consumo). Importante ressaltar, que todas estas “fases” são consideradas por Marx como “produção”.

Enquanto os agricultores familiares e suas diferentes organizações atuam em escala local, estando bastante atomizados, o capital e a estrutura de políticas macroeconômicas, grandes empresas e bancos ligados à agricultura capitalista atuam em todas as escalas necessárias para lhes garantir sua hegemonia. Assim, como as cadeias produtivas comerciais são dominadas por grandes empresas capitalistas, reguladas também por um Estado capitalista, a cooperação dos agricultores familiares ocorre somente em frações da fase de comercialização. Portanto, os agricultores familiares não possuem força e/ou meios e condições necessários para subverter a ordem em seu favor, tampouco dominam tecnologia e têm participação e controle sobre as próprias políticas públicas voltadas a estes sujeitos.

Em relação à escala de atuação das organizações coletivas, verificou-se que a atuação somente em escala local é um fator limitante, porém, quando esta passa a crescer e atuar em escala mais abrangente, os associados passam a ter menor representatividade e participação sob o ponto de vista individual. Para se fortalecerem, as organizações coletivas precisam expandir a sua escala geográfica de atuação e também ter controle cada vez maior das fases do processo produtivo. Assim, é preciso superar a escala local e passar a dominar não somente a produção agrícola, mas também as fases de produção industrial e se possível até de comercialização-distribuição. Na realidade pesquisada, as organizações coletivas de atuação para além do local são aquelas atreladas à política pública de difusão da produção de grãos para produção de biodiesel (PNPB), que apesar

de terem atuação em escala regional, no geral, contribuem para aprofundar a perda da autonomia e da soberania alimentar dos agricultores familiares, aprofundando a sua subordinação com as grandes empresas vinculadas ao setor de grãos e de biodiesel.

Há estratégias de enfrentamento ao controle monopolístico do território pelo capital, por meio das organizações coletivas ligadas à produção de leite, como a criação da central que congrega várias organizações do estado de Goiás, a CENTROLEITE (Cooperativa Central de Laticínios de Goiás). A cooperativa COOPERCAP no município de Caiapônia é outro exemplo encontrado, pois comercializa a produção dos agricultores familiares junto aos mercados institucionais (PAA e PNAE), além das parcerias com cooperativas de outros municípios, como a de Iporá, fundando a central regional destas cooperativas. Considera-se isso um passo relevante no fortalecimento de atuação destas organizações e da agricultura familiar.

O capital consegue engendrar e dominar as relações não capitalistas intra e inter. Intra, no sentido de que engendra e abocanha parte da renda da terra dos agricultores familiares de forma individual, conforme demonstrado por Oliveira (1991). Inter, no sentido de que, mesmo quando os agricultores familiares têm se juntado em organizações coletivas (associações e cooperativas), visando o seu fortalecimento perante ao mercado, mesmo conseguido algumas vantagens e benefícios, como aumentando os preços de comercialização e ficando com maior parte da renda, porém, são limitados, de modo que as sinergias geradas pelo coletivo param sob o domínio do grande capital, que comanda a cadeia produtiva à qual tais agricultores estejam inseridos.

O problema será o futuro destas organizações coletivas, pois em geral, dependem da comercialização junto aos mercados institucionais, visto que a partir de 2017 houve corte drástico dos investimentos públicos nesta área, sobretudo aqueles destinados ao PAA. Além disso, sabe-se que o Estado e o mercado capitalista criam estratégias para as manterem enfraquecidas, como no caso do leite, a prática de *dumping* é frequente por parte das grandes empresas de laticínios, no sentido de arregimentar os melhores e maiores produtores e também vencer a concorrência com as demais empresas, aumentando ou baixando o preço, conforme suas conveniências, pois controlam os preços na circulação da mercadoria. O Estado, por meio de cotas de importação, sempre as amplia, quando aumentam os preços internos do leite, usando a medida para regulação.

Há consciência dos benefícios e avanços trazidos pelas organizações coletivas dos agricultores familiares que, via de regra, sempre foram marginalizados. Porém, compreende-se que as organizações coletivas, em geral, são passivas, contidas e limitadas em razão do controle do território exercido pelo Estado e pelo agentes hegemônicos do capital. A estratégia tem sido disseminar e apoiar o cooperativismo que possibilite a permanência da produção de riqueza socializada com a sua apropriação permanecendo privada.

Ocorre um esvaziamento do conteúdo político de tais organizações, que por diversas razões, tendem a cumprir somente algumas tarefas exigidas para viabilizar a produção da agricultura familiar ou algum outro interesse imediato, como organizar o armazenamento, logística e organização da produção. Não se deve descartar a mobilização e as ações dos agricultores familiares visando fortalecer as cooperativas e associações, porém, a atuação do capital no território por meio de diversas estratégias tem conseguido redirecioná-las para os propósitos mais convenientes. Mesmo admitindo certos ganhos em autonomia, no geral, em razão do poder do mercado capitalista, a heteronomia tem prevalecido.

Considerações finais

O capital tem permitido usos, apropriações e relações não genuinamente capitalistas no território, mas que, por seu turno, são fundamentais para viabilizar a exploração e a acumulação capitalista em setores e área em que a disseminação das relações capitalistas genuína, o assalariamento, não tem sido viável. Como o capital e o Estado, por diversos mecanismos, dominam o território, conseguem controlar a produção não capitalista. São criadas as condições em que todos os campos da produção, da circulação e da distribuição estejam configurados de modo a garantir a dominação do capital.

Observou-se que as organizações coletivas (associações e cooperativas) para a agricultura familiar na MRG Sudoeste de Goiás encontram-se em variadas situações, que vão desde aquelas que só existem formalmente, passando por aquelas centradas na produção de alimentos para os mercados institucionais (PAA e PNAE), ligadas à cadeia produtiva do leite, chegando até aquelas vinculadas à produção de grãos para o biodiesel

via PNPB. Invariavelmente, a fragilidade apresentada pela agricultura familiar se estende também em suas organizações.

Verificou-se que as organizações coletivas são recentes e talvez por isso, incipientes. Tendem a seguir os rumos indicados nas políticas públicas e também pelo mercado, devido, claro à fragilidade da agricultura familiar e à passividade política destas, que não adquiriram organização e força suficiente para o embate com as forças hegemônicas.

Diante da situação de marginalização e fragilidade enfrentada pela agricultura familiar no Brasil, é inegável que a formação de associações e cooperativas trouxeram avanços e benefícios, como certo empoderamento e participação destes sujeitos, acesso à canais de comercialização para seus produtos e também às políticas públicas, além de maior poder de barganha no mercado frente aos agentes capitalistas. Porém, não se pode perder de vista a totalidade, que por meio da categoria geográfica do território é possível compreender que tais organizações têm sido “enquadradas”, tendo sua atuação limitada pelas ações do mercado e do Estado capitalista. Ao mesmo tempo que canaliza e exprime a resistência dos agricultores familiares, contraditoriamente, estas organizações têm cumprido funções convenientes à acumulação capitalista.

Mesmo com a mundialização do capital, o neoliberalismo, o “capitalismo flexível”, com as mudanças técnicas e organizacionais, o capital não destruiu as formas de solidariedade, contraditoriamente, construiu e as ressignificou, moldou-as a partir das formas de controle que os agente hegemônicos dispõem para se aproveitar delas.

As organizações coletivas focadas em produzir alimentos para o PAA e PNAE, que, em geral, representam um fortalecimento da agricultura familiar, por favorecer a produção de alimentos e o que pode ser consumido internamente ou remetido ao Mercado e aos mercados institucionais, garantindo uma inserção em melhores condições, apesar de estarem construindo novos canais de escoamento para a produção, como feiras na cidade, encontram-se com bastante dificuldades e muito dependentes do desempenho destas políticas públicas, portanto, ainda muito incipientes.

Os agricultores familiares sofrem com a subordinação às grandes cadeias agroindustriais, como de grãos e do setor de laticínios, como também pela insustentabilidade estrutural das políticas públicas voltadas à estes, que em sua maioria são projetadas em caráter compensatório.

O grande desafio que se coloca aos agricultores familiares e às suas organizações é a busca constante do fortalecimento de ambos visando conquistar maior controle e poder frente às cadeias produtivas aos quais estão inseridos e aumentar a escala geográfica de sua atuação, sem perder de vista a representatividade dos agricultores familiares. As organizações coletivas destes devem transbordar a esfera do econômico, como ocorre atualmente e se fortalecerem também no âmbito político e social, procurando conquistar e controlar cada vez mais os elementos estratégicos para tais presentes no território. Além disso, este fortalecimento deve ter a capacidade de reorientar as políticas públicas no sentido de que tais ofereçam uma inserção socioeconômica de forma sustentada, buscando reduzir ao mínimo a subordinação dos agricultores familiares. Porém, não se deve esquecer que a resposta para isso está nos próprios sujeitos e em suas organizações, num movimento que deve partir da base.

Agradecimentos

Importante destacar o agradecimento ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG, no Edital 05/2012. Também agradecemos ao Prof. Dr. Alécio Perini Martins pela confecção dos mapas deste trabalho e o Prof. Dr. Sedeval Nardoque pelas correções e revisão.

Referências

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.

CLEMENTE, E. C. **Formação, dinâmica e a reestruturação da cadeia produtiva do leite na Região de Jales-SP**. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), FCT/UNESP, Presidente Prudente-SP, 2006.

CLEMENTE, E. C; HESPANHOL, A. N. Reestruturação da cadeia produtiva do leite: a especialização do produtor é a solução? **REVISTA CAMPO TERRITÓRIO**, Revista de Geografia Agrária, v.4, n.8, p. 180-211, ago. 2009.

CLEMENTE, E. C. **O programa de microbacias hidrográficas no contexto do desenvolvimento rural da Região de Jales/SP**. Tese [Doutorado em Geografia]. Presidente Prudente: UNESP, 2011.

LIMA, L. de C. **Os usos do território e a economia solidária no Rio Grande do Norte**. Natal, Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia. RN, 2015. 244 f.

Marx, K. **Contribuição à crítica da Economia Política**. 2ª Edição, Editora Martins Fontes: São Paulo, 1983.

OLIVEIRA, A. R. de. **O associativismo na Região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural**. 209 f. Tese de Doutorado em Geografia, UNESP, Presidente Prudente, 2010.

OLIVEIRA, A. U. de. **Contradições do desenvolvimento capitalista da agricultura**. In: **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção, agricultura e Reforma Agrária**. 1ª Edição/São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, A. U. de. Os agrocombustíveis e os dilemas da agricultura camponesa e familiar. In: BERNARDES, J. A.; ARACRI, L. A. dos S (org.). **Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola**. Rio de Janeiro, Arquimedes, 2011.

RIBEIRO, D. D.; DIAS, M. de S. Efeitos do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel no território camponês em assentamento rural. **REVISTA INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 15-21, jan./mar. 2016.

SALES, J. E. Cooperativismo: Origens e Evolução. **REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E ENGENHARIA**, N. 1, p. 23-34, 2010.

SERRA, E. As cooperativas do agronegócio e suas (novas) características no Paraná. **REVISTA GEOGRAFIA** – v. 18, n.1, jan./jun. 2009.

SERRA, E. A participação do estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. **REVISTA CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 8, n. 16, p. 6-37, ago., 2013.

SIEB, D. L. **Estratégias de comercialização: o caso dos agricultores familiares do assentamento rio paraíso – Município de Jataí (GO)**. 2015, 169f. Dissertação. (Mestrado em Agronegócio) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SILVA, Emanuel Sampaio et al. Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. Recife – PE. **UNICOORP**, vol. 1, p. 75-102, 2003.

WELLEN, H. **Para a Crítica da economia solidária**. 1ª edição. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2012. 440 p.

Recebido em 22/02/2018.

Aceito para publicação em 09/10/2018.